



Demonstrações Contábeis

2021

Departamento Nacional de Obras Conta as Secas

DNOCS

Relatório Contábil DNOCS de 2021



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretoria Geral

Diretoria Administrativa

Divisão de Recursos Financeiros

Serviço de Contabilidade

Serviço de Contabilidade (Controle Contábil)

Avenida Duque de Caxias, 1700, Edifício Arrojado Lisboa - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60035-111

Telefones: (85) 3391-5100 - <http://www.dnocs.gov.br>

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Refiro-me às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

Esta declaração reflete à conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada pela Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro encerradas em 31 de dezembro de 2021 e suas notas explicativas, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- Com relação aos créditos à receber, de curto e longo prazo, o saldo se encontra subavaliado em razão do não reconhecimento dos créditos a receber decorrentes da alienação de lotes de perímetros de irrigação. Referidos ativos não foram reconhecidos porque não satisfazem a uma das características qualitativas fundamentais para o reconhecimento de ativos no Balanço, qual seja a representação fidedigna, tendo em vista que os valores a receber a longo prazo não possuem uma mensuração atualizada. Tal fato força o registro apenas por ocasião do recebimento gerando uma contrapartida na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores e uma significativa distorção nos saldos a receber na Entidade.
- Têm-se realizado um esforço para ajustar os saldos alongados nos registros de Bens Imóveis em Andamento (12.321.0600), reclassificando-se as obras já concluídas incorporáveis e baixando para despesas gastos, que por sua natureza não devem ser incorporados ao Ativo Imobilizado, porém, apesar do esforço, pela inexistência de comunicação formal da área técnica com a área de gestão de patrimônio e pela ausência de um processo formalizado que contemple desde o momento da concepção do projeto de infraestrutura até definição de atributos, usos e responsabilidades, alguns saldos tem permanecido indevidamente em Obras em andamento.
- O DNOCS aderiu ao sistema SIADS, que ainda continua em implantação em algumas unidades estaduais, mas a conciliação com o SIAFI ainda está em fase de ajustes. Há promessa de ganhos futuros em termos informacionais quanto à gestão de bens móveis, almoxarifado e frota de veículos, entretanto, nos demonstrativos atuais ainda há saldos que divergem dos apresentados no Relatório de Movimentação de Bens – RMB.
- Os atos potenciais referentes aos registros de contratos de serviços a executar e de garantias contratuais possuem saldos alongados.

Fortaleza-CE, 11 de março de 2022.

Vicente de Paulo Cavalcante Saboia

CRC: CE-009823/O-4

Contador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÕES	2021	2020
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>	<u>70.979.473,89</u>	<u>61.398.922,62</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.352.882,43	59.813.629,54
Créditos a Curto Prazo	1.282.219,76	916.536,03
Estoques	344.371,70	668.757,05
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>4.686.109.213,15</u>	<u>4.570.139.377,35</u>
Ativo Realizável a Longo Prazo	28.019.787,95	23.601.550,73
Créditos a Longo Prazo	28.019.787,95	23.601.550,73
Dívida Ativa Não Tributária	28.013.571,91	23.595.334,69
Demais Créditos e Valores	6.216,04	6.216,04
Investimentos	1.056.450,02	1.056.450,02
Participações Permanentes	1.056.450,02	1.056.450,02
Imobilizado	4.653.346.361,83	4.541.794.763,25
Bens Móveis	125.045.318,25	188.785.915,03
Bens Móveis	231.698.344,33	252.947.266,44
(-) Dep/Amort/Exau Ac. de Bens Móveis	-106.653.026,08	-64.161.351,41
Bens Imóveis	4.528.301.043,58	4.353.008.848,22
Bens Imóveis	4.657.447.089,77	4.479.281.703,51
(-) Depr./Amort/Exa Ac. de Bens Im	-129.146.046,19	-126.272.855,29
Intangível	3.686.613,35	3.686.613,35
Softwares	1.484.840,12	1.484.840,12
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23
TOTAL DO ATIVO	4.757.088.687,04	4.631.538.299,97

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÕES	2021	2020
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>	<u>875.872.511,18</u>	<u>781.357.106,90</u>
Obrig Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	71.470.454,40	73.215.033,76
Fornecedores e Contas a Pagar a CP	43.647.472,16	16.817.985,08
Obrigações de Repartição a Outros Entes	19.339.455,76	-
Provisões a Curto Prazo	168.200,38	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	741.246.928,48	691.324.088,06
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>	<u>1.761.949,86</u>	<u>1.566.886,87</u>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	1.757.467,07	1.328.194,81
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.482,79	238.692,06
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	877.634.461,04	782.923.993,77

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÕES	2021	2020
Resultados Acumulados	3.879.454.226,00	3.848.614.306,20
Resultado do Exercício	115.385.904,41	79.057.802,53
Resultados de Exercícios Anteriores	3.848.614.306,20	3.785.697.202,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	-84.545.984,61	-16.140.698,93
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.879.454.226,00	3.848.614.306,20
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.757.088.687,04	4.631.538.299,97

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	69.352.882,43	59.813.629,54	PASSIVO FINANCEIRO	817.468.398,66	712.707.075,64
ATIVO PERMANENTE	4.687.735.804,61	4.571.724.670,43	PASSIVO PERMANENTE	763.814.249,73	708.661.236,26
			SALDO PATRIMONIAL	3.175.806.038,65	3.210.169.988,07

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	661.319.455,13	675.892.108,74	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	711.547.240,38	1.029.986.135,25
Atos Potenciais Ativos	661.319.455,13	675.892.108,74	Atos Potenciais Passivos	711.547.240,38	1.029.986.135,25
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.620.125,02	26.577.545,03	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	634.117.399,46	648.732.633,06	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	85.316.330,86	74.484.613,36
Direitos Contratuais	581.930,65	581.930,65	Obrigações Contratuais	626.230.909,52	955.501.521,89
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	661.319.455,13	675.892.108,74	TOTAL	711.547.240,38	1.029.986.135,25

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERA VIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-451.395.491,17
Recursos Vinculados	-296.720.025,06
Previdência Social (RPPS)	-
Previdência Social (RGPS)	600,30
Dívida Pública	-302.598.536,37
Alienação de Bens e Direitos	7.491.255,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-1.613.344,98
TOTAL	-748.115.516,23

Demonstrações de Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÕES	2021	2020
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.204.180.180,90	2.153.929.533,37
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.667.239,65	1.844.280,20
Venda de Mercadorias	39.990,40	29.214,50
Vendas de Produtos	38,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.627.211,25	1.815.065,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	266.279,62	1.646,09
Juros e Encargos de Mora	266.279,62	1.646,09
Transferências e Delegações Recebidas	2.049.216.650,20	2.073.838.033,83
Transferências Intragovernamentais	2.045.687.454,86	2.071.005.701,59
Transferências Intergovernamentais	-	1.678.456,60
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.529.195,34	1.153.875,64
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	148.134.779,42	77.792.958,44
Reavaliação de Ativos	26.317.656,26	43.530.337,08
Ganhos com Alienação	45.982,47	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.178.681,92	1.439,84
Ganhos com Desincorporação de Passivos	116.592.458,77	34.261.181,52
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.895.232,01	452.614,81
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.895.232,01	452.614,81
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.088.794.276,49	2.074.871.730,84
Pessoal e Encargos	126.880.178,54	136.321.403,07

Remuneração a Pessoal	103.277.612,78	110.813.881,61
Encargos Patronais	17.632.239,54	19.294.533,76
Benefícios a Pessoal	5.814.758,21	6.078.356,84
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	155.568,01	134.630,86
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	577.708.145,60	577.601.976,12
Aposentadorias e Reformas	268.235.482,91	275.471.496,89
Pensões	303.632.802,13	296.016.281,91
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.839.860,56	6.114.197,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	114.358.417,78	94.090.912,32
Uso de Material de Consumo	3.208.459,52	1.783.397,98
Serviços	67.759.308,09	60.449.043,99
Depreciação, Amortização e Exaustão	43.390.650,17	31.858.470,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	88,48	60,00
Descontos Financeiros Concedidos	88,48	60,00
Transferências e Delegações Concedidas	1.080.137.371,90	1.172.849.127,59
Transferências Intragovernamentais	1.022.363.762,42	1.040.337.272,60
Transferências Intergovernamentais	54.248.984,82	132.205.685,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.524.624,66	306.169,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	189.396.025,26	93.892.066,02
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	386.490,75	28.347.375,82
Perdas com Alienação	1.267.899,49	-
Perdas Involuntárias	161.053,49	-
Incorporação de Passivos	130.292.493,39	64.379.930,83
Desincorporação de Ativos	57.288.088,14	1.164.759,37
Tributárias	134.458,25	114.069,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	119.583,81	52.679,52
Contribuições	14.874,44	61.389,84
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	179.590,68	2.116,36
Constituição de Provisões	168.200,38	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	11.390,30	2.116,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	115.385.904,41	79.057.802,53

Balanço Financeiro

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	5.771.453,95	3.976.363,64
Transferências Financeiras Recebidas	2.045.629.019,64	2.071.005.701,59
Recebimentos Extraorçamentários	464.948.819,29	501.849.210,38
Saldo do Exercício Anterior	59.813.629,54	63.369.044,87
TOTAL	2.576.162.922,42	2.640.200.320,48

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	1.207.180.351,04	1.311.239.171,30
Transferências Financeiras Concedidas	1.022.363.762,42	1.040.337.272,60
Pagamentos Extraorçamentários	277.265.926,53	228.810.247,04
Saldo para o Exercício Seguinte	69.352.882,43	59.813.629,54
TOTAL	2.576.162.922,42	2.640.200.320,48

Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.705.630,00	1.705.630,00	1.676.549,38	-29.080,62
Receita Patrimonial	1.263.718,00	1.263.718,00	1.261.889,88	-1.828,12
Receita Agropecuária	31.733,00	31.733,00	39.990,40	8.257,40
Receita Industrial	-	-	38,00	38,00
Receitas de Serviços	159.895,00	159.895,00	367.232,28	207.337,28

<i>Outras Receitas Correntes</i>	250.284,00	250.284,00	7.398,82	-242.885,18
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	75.221,00	75.221,00	1.847,55	-73.373,45
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	175.063,00	175.063,00	5.551,27	-169.511,73
RECEITAS DE CAPITAL	306.275.533,00	306.275.533,00	4.094.904,57	-302.180.628,43
Operações de Crédito	304.206.133,00	304.206.133,00	-	-304.206.133,00
Alienação de Bens	2.069.400,00	2.069.400,00	4.094.904,57	2.025.504,57
Alienação de Bens Móveis	-	-	1.573.790,00	1.573.790,00
Alienação de Bens Imóveis	2.069.400,00	2.069.400,00	2.521.114,57	451.714,57
SUBTOTAL DE RECEITAS	307.981.163,00	307.981.163,00	5.771.453,95	-302.209.709,05
DEFICIT	-	-	1.201.408.897,09	1.201.408.897,09
TOTAL	307.981.163,00	307.981.163,00	1.207.180.351,04	899.199.188,04
CRÉDITOS ADICIONAIS	-	9.533.430,00	-	-
Superávit Financeiro				
Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados		9.533.430,00		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	782.625.662,00	786.305.565,00	735.146.352,84	719.464.190,76	669.443.414,71	51.159.212,16
Pessoal e Encargos Sociais	697.562.462,00	697.562.462,00	662.397.160,77	662.397.160,77	614.385.384,78	35.165.301,23
Outras Despesas Correntes	85.063.200,00	88.743.103,00	72.749.192,07	57.067.029,99	55.058.029,93	15.993.910,93
DESPESAS DE CAPITAL	295.442.154,00	313.976.650,00	311.330.402,93	99.976.513,18	0,00	2.646.247,07
Investimentos	295.053.760,00	313.573.230,00	311.330.402,93	99.976.513,18	0,00	2.242.827,07
Inversões Financeiras	388.394,00	403.420,00	0,00	0,00	0,00	403.420,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.078.067.816,00	1.100.282.215,00	1.046.476.755,77	819.440.703,94	669.443.414,71	53.805.459,23

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.819.464,46	19.380.124,18	15.414.631,82	15.355.254,00	1.964.691,37	4.879.643,27
Pessoal e Encargos Sociais	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.819.414,46	19.380.124,18	15.414.631,82	15.355.254,00	1.964.641,37	4.879.643,27
DESPESAS DE CAPITAL	188.708.077,06	427.536.652,43	220.164.747,04	204.831.487,92	78.701.746,86	332.711.494,71
Investimentos	188.708.077,06	427.536.652,43	220.164.747,04	204.831.487,92	78.701.746,86	332.711.494,71
TOTAL	191.527.541,52	446.916.776,61	235.579.378,86	220.186.741,92	80.666.438,23	337.591.137,98

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.927,90	49.916.668,23	49.744.342,34	56.696,90	136.030,17
Pessoal e Encargos Sociais	7.927,90	48.376.277,75	48.376.277,75	0,00	7.927,90
Outras Despesas Correntes	0,00	1.540.390,48	1.368.064,59	56.696,90	128.102,27
DESPESAS DE CAPITAL	15.228.693,08	7.145.350,03	7.004.384,39	1.534.240,62	13.835.418,10
Investimentos	15.228.693,08	7.145.350,03	7.004.384,39	1.534.240,62	13.835.418,10
TOTAL	15.236.620,98	57.062.018,26	56.748.726,73	1.590.937,52	13.971.448,27

Notas Explicativas

"É recomendável, a bem da accountability, que sejam fornecidas informações acerca do Setor de Contabilidade da Unidade Prestadora de Contas - UPC em termos de estrutura, composição, competências, responsáveis etc."
TCU

O Serviço de Contabilidade (DA/DRF/CO), responsável pela contabilidade do DNOCS, tem sua estrutura estabelecida na Portaria n.º 43/2017/DG/GAB, 31 de janeiro de 2017. Faz parte da Divisão de Recursos Financeiros (DA/DRF) e essa, por sua vez, da Diretoria Administrativa (DA).

A exemplo do momento por que passa toda a organização, a DA/DRF/CO também teve sua força trabalho bastante reduzida ao longo dos anos, por aposentadorias, pedidos de vacâncias e redistribuições, sem, contudo, haver a devida recomposição, contando atualmente com apenas 5 servidores, sendo 1 economista, 1 administradora e 3 contadores.

O setor é subdividido em duas seções, sendo uma dedicada à análise das prestações de contas (DA/DRF/CO-PC) e a outra atuando como Setorial de Contabilidade do DNOCS (DA/DRF/CO-CC), nos termos da Macrofunção-STN 020315:

"Os órgãos/unidades Setoriais de Contabilidade são as unidades de gestão interna dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública, responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de determinadas unidades gestoras executoras ou órgãos sob sua supervisão, podendo ser caracterizados nas seguintes formas:

- Setorial Contábil de Órgão: é a Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as Unidades Gestoras a este pertencentes, e pelo registro da respectiva conformidade contábil"

A reduzida equipe de trabalho, além de se dividir entre as atividades inerentes às seções, como análise das prestações de contas das transferências voluntárias repassadas pelo DNOCS, também comporta a Comissão de Tomadas de Contas Especiais – TCE e é responsável pelo cadastro de acessos a diversos sistemas de governo.

Faz-se oportuno destacar texto da supracitada norma ao se referir ao conformista contábil:

"O conformista contábil, em observância ao princípio da segregação de função, não poderá, concomitantemente, exercer quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão."

O mandamento visa salvaguardar as atribuições legais da Setorial de Contabilidade como órgão de transparência e *accountability*, de encargos estranhos às atividades contábeis que porventura possam lhe ser atribuídos:

"Os servidores da Unidade Gestora ocupantes do cargo de Contador, de Técnico em Contabilidade ou de cargo equivalente com atribuições contábeis devem estar envolvidos com as atividades contábeis da sua unidade de lotação para fins da conformidade contábil, sendo esses profissionais subordinados tecnicamente à Seccional ou Setorial de Contabilidade e credenciados no SIAFI para este fim."

A Setorial de Contabilidade a que se subordina os profissionais com atribuições contábeis do DNOCS, para fins de conformidade contábil, é a Coordenação de Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR.

Quanto à estrutura técnica disponível, o DNOCS executa o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, adota a Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP e se utiliza do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, participa do macroprocesso contábil da União, contando com a estrutura normativa e suporte operacional da Coordenação - Geral de Contabilidade da União (CCONT)² da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

O escopo normativo de suporte às atividades de contabilidade é formada por uma gama diversificada de textos legais e técnicos, desde a própria Constituição Federal CF, passando pela Lei 4.320/64 (Direito Financeiro), decretos, tais como o Decreto 93.872/86, resoluções, tais como as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da STN, Manual do SIAFI (Macrofunções) até normas internas como o Manual de Execução Orçamentária e Financeira – MEOF disponível no sítio do DNOCS na Internet³.

Há normas técnicas específicas como a Macrofunção 021121, que trata de Suprimentos de Fundos, o Manual Simplificado de Ordens Bancárias, que detalha o funcionamento das ordens bancárias, dentre outras.

No campo da matéria orçamentária, há o Manual Técnico do Orçamento – MTO, da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, de edição e atualização anual e a Portaria Interministerial SOF/STN n.º 163/2001, que discrimina a classificação orçamentária por naturezas de receitas e despesas.

Quanto aos controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observação das normas, há diversos processos que são relacionados à integridade da informação contábil. Cada profissional com prerrogativa de fazer registros nos sistemas é passível de uma conferência mensal, denominada de Conformidade de Operadores, disciplinada na Macrofunção 020316, que integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança do sistema e tem por objetivo a confirmação ou desativação de usuários. Ou seja, mensalmente os operadores passam por uma verificação da manutenção ou não de suas prerrogativas de acesso.

Esses profissionais são capacitados a também verificar a integridade dos registros. Eles fazem o controle de primeira linha, zelando pela correteza das informações.

¹ Guia para elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado

²<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/quem-e-quem>

Existe também outro processo denominado conformidade de registro de gestão, em que um servidor por UG, formalmente designado, observando a segregação de funções, atesta a conformidade dos registros do SIAFI com os documentos de suporte desses registros. Esse procedimento é diário e normatizado pela Macrofunção 020314 e é um controle de segunda linha, verificando a integridade dos dados.

Há ainda o registro da conformidade contábil, realizada pela DA/DRF/CO com observância dos procedimentos descritos no Manual SIAFI, Macrofunção 020315 e tem como objetivo principal a conformidade das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Adicionalmente há ainda as ações de auditoria interna, que quando realizadas, resultam em um conjunto de recomendações que, atendidas, fortalecem os controles internos e trazem maior confiabilidade às informações contábeis. É o controle de terceira linha.

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis do DNOCS de 2021 comportam razoável conformidade e estão parcialmente harmonizadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP⁴ e com os demais documentos normativos.

O Relatório Financeiro de Propósito Geral do DNOCS é composto pelas seguintes demonstrações contábeis:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do DNOCS, bem como, o Patrimônio Líquido.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- **Balanco Financeiro** – visa demonstrar o fluxo financeiro do DNOCS no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas
- **Balanco Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Notas Explicativas** – contêm informações complementares àquelas apresentadas nas demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis dos últimos anos podem ser encontradas no portal da autarquia na *Internet*, na opção “Transparência e Prestação de Contas”.

As políticas contábeis significativas são os princípios, as bases de mensuração, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, como estimativas, regimes e registros.

O regime de reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, assim como em qualquer entidade contábil é o da competência, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorrem, independentemente de recebimentos e pagamentos.

É importante ressaltar que enquanto a contabilidade pública adota o regime de competência, a contabilidade orçamentária adota o regime misto, caracterizado pelo reconhecimento da despesa logo no momento do empenho e o reconhecimento das receitas apenas quando ocorre o efetivo recolhimento do recurso à conta única da União:

“Art. 35 da Lei 4.320/64 “Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

O Balanço Orçamentário considera a lógica do regime misto.

A mensuração e a avaliação das disponibilidades pelo valor original.

Para a avaliação dos itens de Almoxarifado adota-se o preço médio ponderado das compras, conforme preceitua a Lei n.º 4.320/64.

As provisões são constituídas com base em estimativas conhecidas.

Os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, no custo de produção ou de construção. Caso o valor de aquisição, de produção ou de construção seja superior ao valor de mercado, adota-se o valor de mercado.

O ativo imobilizado também é mensurado e avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando o bem móvel tem vida útil econômica limitada, fica sujeito à depreciação mensal nos termos da Macrofunção – STN n.º 020330, que orienta todos os procedimentos, inclusive estima a vida útil dos ativos de acordo com a classificação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

A metodologia do cálculo da depreciação é o método das quotas constantes e as taxas utilizadas são aquelas decorrentes dessa metodologia, conforme fórmula a seguir.

$$\text{Valor Depreciável Anualmente} = \frac{(\text{valor do bem} - \text{valor residual})}{\text{vida útil}}$$

Periodicamente são realizadas reavaliações, embora o número insuficiente de servidores para compor as comissões de pessoal técnico especializado e os recursos financeiros e orçamentários reduzidos para contratação de soluções de mercado, causem dificuldades.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição.

Os registros dos atos e fatos administrativos, como já mencionado, são realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, disponível a todos os órgãos que participam do Orçamento Fiscal.

Quanto solução interna de TI, o DNOCS conta com um sistema informatizado denominado APOENA, que coleta dados sobre a atuação da organização e os utiliza na geração de informações que fundamentam registros contábeis tais como depreciações mensais e a elaboração de relatórios como o RMA – Relatórios de movimentações de Almoxarifado e RMB – Relatórios de movimentações de bens móveis e imóveis.

Em 2021, o órgão iniciou a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS. É um sistema desenvolvido pelo SERPRO e quando estiver plenamente implantado deverá gerar grande impacto em termos de controle e garantia da confiabilidade, regularidade, completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis relacionados à gestão de bens móveis, almoxarifado e frota de veículos.

Gradualmente as unidades estaduais têm substituído a adoção do APOENA pelo SIADS na geração do RMA e RMB, bem como, no controle dos bens móveis, materiais, Inventário e frota.

⁴<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Balanço Patrimonial

Nota 1 - Visão Geral

A soma dos bens e direitos evidenciados no Balanço Patrimonial fechado em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 4,7 bilhões, sendo R\$ 70 milhões em ativos circulantes e R\$ 4,68 bilhões em ativos não circulantes, principalmente, imóveis e obras em andamento. Esse valor elevado é explicável a partir da história de realizações de um órgão centenário, com expertise na construção de obras de infraestrutura hídrica e cujo orçamento anual supera R\$ 1 bilhão, sem mencionar destaques (TEDs), Emendas Parlamentares e Restos a Pagar.

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
Ativo Circulante	70.979.473,89	61.398.922,62	Passivo Circulante	875.872.511,18	781.357.106,90
Ativo Não Circulante	4.686.109.213,15	4.570.139.377,35	Passivo Não Circulante	1.761.949,86	1.566.886,87
			Patrimônio Líquido	3.879.454.226,00	3.848.614.306,20
Total	4.757.088.687,04	4.631.538.299,97		4.757.088.687,04	4.631.538.299,97

Fonte: SIAFI

O Ativo Circulante é majoritariamente formado por Caixa e equivalentes de caixa, R\$ 69 milhões do total de R\$ 70,9 milhões apurados no fechamento de 2021, o que, a propósito, não é uma grande variação em relação a 2020.

Os recursos disponíveis têm sua origem em transferências e receitas próprias, essas bem diversificadas como a venda de alevinos, livros, editais, aluguéis de imóveis residenciais e comerciais e alienações, tanto de bens móveis como imóveis. O Balanço Orçamentário aponta uma Receita Própria Patrimonial de R\$ 1,26 milhões, R\$ 39,9 mil, agropecuária e R\$ 367 mil, com receitas de Serviços. Também aponta R\$ 1,57 milhão em alienações de bens imóveis e 2,52 milhões em alienação de bens móveis. Os demais valores são transferências do tesouro e de outros órgãos por meio de destaques (grande parte formalizados por TEDs).

Já os Ativos Não Circulante correspondem a 98,5% ou R\$ 4,6 bilhões do Patrimônio Bruto, composto majoritariamente de imobilizados, bens móveis, imóveis e um enorme legado representado por barragens, açudes, perímetros irrigados e edificações espalhadas por 8 estados do nordeste brasileiro. Obras que ajudaram e ajudam o povo nordestino a lidar com os efeitos da seca.

O restante do Ativo Não Circulante é composto por Dívida Ativa não Tributária, de R\$ 28 milhões, em sua maior parte decorrente de problemas com o descumprimento de instrumentos de transferências voluntárias, por parte dos convenentes, e mais R\$ 1 milhão de investimentos em participações societárias.

Se no lado dos Bens e Direitos é o Ativo Não Circulante que possui os itens de maior valor, no lado das Obrigações, é o Passivo Circulante, com seus R\$ 875 milhões, o grupo mais expressivo.

Passivo Circulante	Em Reais	
	2021	2020
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	71.470.454,40	73.215.033,76
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	43.647.472,16	16.817.985,08
Obrigações de Repartição a Outros Entes	19.339.455,76	-
Provisões a Curto Prazo	168.200,38	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	741.246.928,48	691.324.088,06
	875.872.511,18	781.357.106,90

Fonte: SIAFI

Dentre as obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, contas a pagar e demais passivos, o maior item são os Termos de Execução Descentralizadas – TED a Comprovar, representando 84% de todo o passivo exigível e quase 20% de todo o Passivo Bruto. Esse item teve um aumento de quase R\$ 50 milhões em relação a 2020, variando positivamente em 7%.

Nota 2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixas são recursos à disposição da entidade para a realização de suas atividades. Os saldos finais tiveram um aumento em relação ao ano anterior de 16%, passando de R\$ 59,8 milhões para R\$ 69 milhões, sendo a maior parte desses valores recursos de transferências (do tesouro e de outras entidades) e uma pequena parte, recursos próprios.

Em 2018 ocorreu de mudanças nos procedimentos de movimentação dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional. A Macrofunção STN n.º 020305 criou mais uma etapa no processo de geração de Ordens Bancárias - OB, denominada de Ordem de Pagamento – OP. O gestor gera a Ordem de Pagamento – OP e o Ordenador de Despesa, ao autorizar, gera a Ordem Bancária - OB, efetivando a transferência.

Nessa nova configuração, após a geração da OP, os recursos são transferidos para uma conta transitória de Limite de Saque, onde permanecem aguardando as autorizações dos gestores para efetivar os pagamentos, dessa forma, há duas contas de Limite de Saque (caixa), uma com o caixa disponível (R\$ 20 milhões) e outra com os recursos comprometidos com o fluxo de caixa de pagamentos (R\$ 49 milhões), totalizando R\$ 69 milhões de equivalentes de caixa.

Nota 3 - Créditos e valores a curto prazo

Sinteticamente, os créditos a receber de curto prazo aumentaram quase 40%, passando de R\$ 916 mil para R\$ 1,2 milhão e é composto basicamente por adiantamentos a pessoal, incluindo salários, 13º Salários e Férias.

Em 2018 houve a implementação de uma nova rotina de apropriação e reconhecimento Férias e 13º salário, que foi efetivada por força do Acórdão - TCU n.º 1322/2018, que recomendou a conciliação, o inventário e a evidenciação do saldo das férias recebidas e ainda não gozadas, assim como, dos adiantamentos de décimo terceiro salário.

Em atendimento a esse acórdão e conforme atualização da Macrofunção-STN n.º 021142 – Folha de Pagamento, os adiantamentos de Férias e 13º Salário passaram a ser confrontados mensalmente com suas correlatas provisões mensais.

Nota 4 - Imobilizado

Dado que a atividade preponderante do DNOCS é Infraestrutura hídrica, com a construção e gestão de grandes barragens, perímetros irrigados e outras obras de grande porte, bem como, sua centenária trajetória, o item de maior peso no Balanço Patrimonial é o Imobilizado, no Ativo Não Circulante, correspondendo a 97% do Ativo Bruto.

O Ativo Imobilizado é composto basicamente por Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, sendo que os imóveis respondem por 98% do Imobilizado, em valores contábeis (já descontado das depreciações acumuladas).

Os Bens móveis encontram-se 46% depreciados, que representa um aumento significativo em relação à 2018 quando contava com 20 % depreciados. O fato pode indicar um possível envelhecimento do mobiliário.

Em uma análise temporal, os saldos dos Bens móveis tiveram uma redução de 34 %, dado coerente com o índice de depreciação do mobiliário e alienações ocorridas no exercício.

Já os Bens Imóveis tiveram um aumento de 4%, que representa um incremento de R\$ 175 milhões de reais no item.

Outro ponto que cabe ser ressaltado é a composição da conta de Bens Imóveis. 70% do valor está registrado em duas subcontas, “Obras em andamento” e “Bens Imóveis a registrar”. São contas transitórias e grande parte desses valores se encontram em processo de reclassificação, ocorrendo atualmente a produção e análise dos documentos que irão fundamentar as destinações futuras.

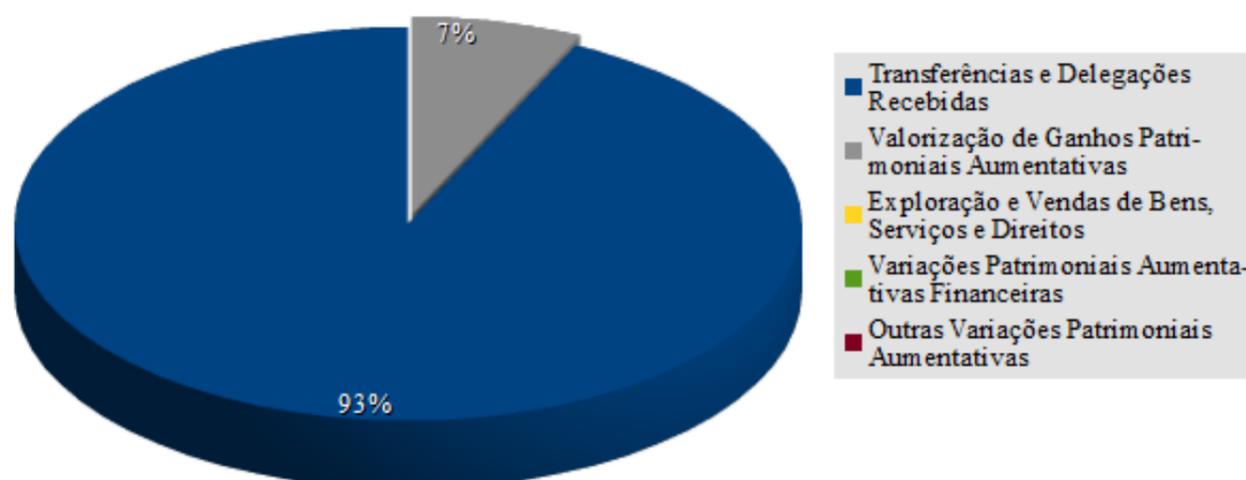
Pela metodologia de registro e evidenciação, o custo de execução das obras é acumulado na conta de Obras em andamento. Ao final o valor é transferido para a conta de Bens Imóveis a classificar ou registrar e após a análise da destinação o valor é reclassificado para outra conta do imobilizado, registrado no sistema SPIUNET ou transferido para outro destino que se julgar adequado.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 5 -Variação Patrimonial Aumentativa

A Receita reconhecida no Exercício Financeiro de 2021 foi de R\$ 2,2 bilhões, que confrontadas com as Despesas de R\$ 2,08 bilhões resta um Resultado Patrimonial do Período de R\$ 115 milhões, 46% maior do que o resultado de 2020.

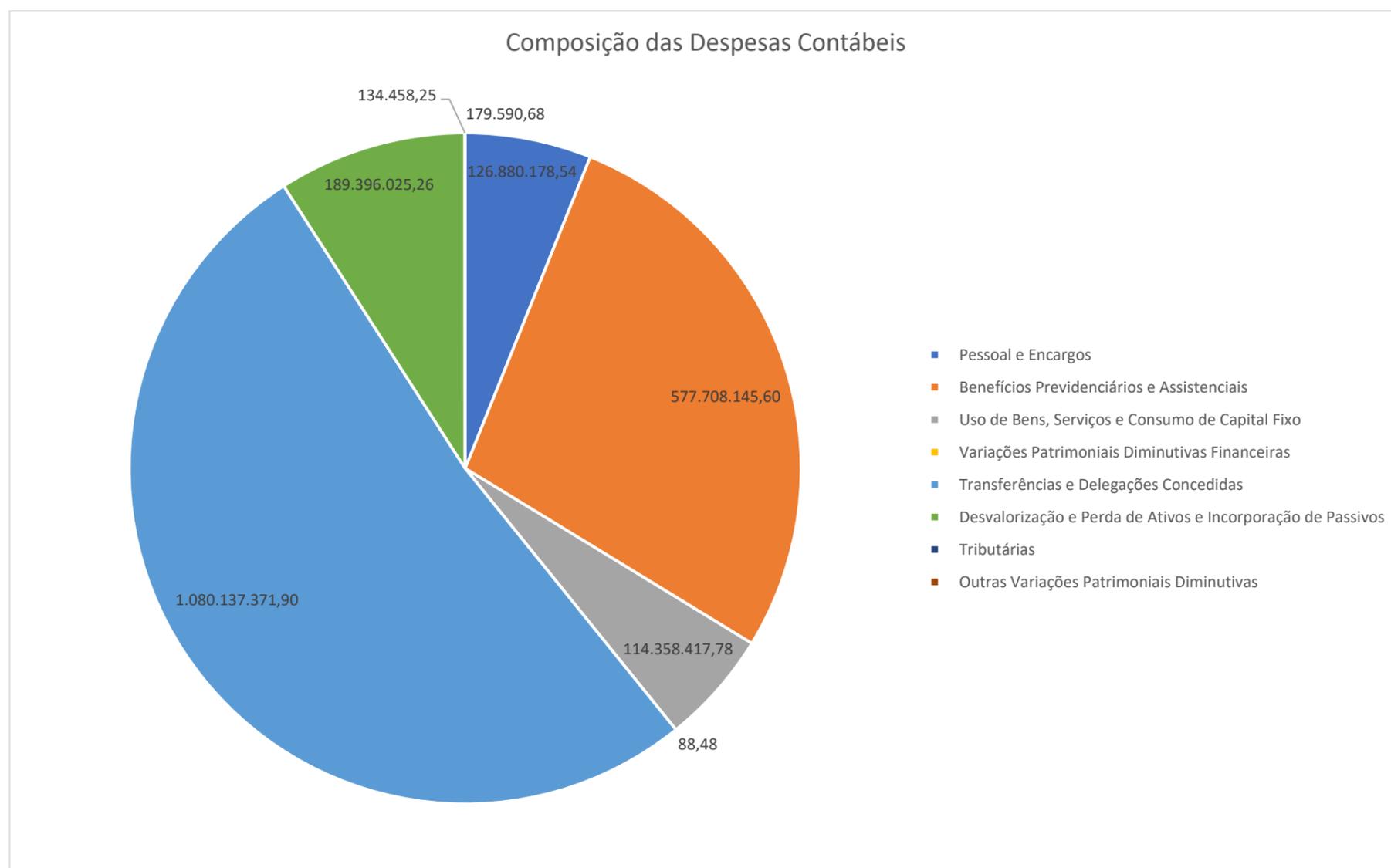
Composição das Receitas em 2021



93% das Receitas são decorrentes das transferências governamentais, no gráfico acima representadas pelas cor cinza.

Nota 6 - Variação Patrimonial Diminutiva

As Despesas Totais reconhecidas no ano de 2021 foram de R\$ 2,08 bilhões, apresentando uma elevação de 0,67% em relação ao ano anterior. A maior parte é com os Gastos de Pessoal e encargo, R\$ 1,08 bilhão, seguidos de Benefícios Previdenciários e Assistenciais.



Os Benefícios Previdenciários e Assistenciais se dividem em Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios.

Nota 7 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item constam as despesas com consumo de materiais de almoxarifado pelas unidades, as diárias e passagens, serviços de terceiros pessoa física e jurídica, depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo.

Conta	Em Reais	
	2021	2020
Consumo de Materiais	3.208.459,52	1.783.397,98
Diárias	1.176.449,77	617.485,88
Serviços de Terceiros - PF	10.378.680,81	7.941.325,79
Serviços de Terceiros - PJ	56.204.177,51	51.890.232,32
Depreciação	43.390.650,17	31.858.470,35
Fonte: SIAFI	114.358.417,78	94.090.912,32

A despesa com material de consumo teve uma sensível elevação da ordem de 80%. A despesa com diárias, 91%, Serviços contratados de PF, aumentaram em 31% e de pessoas jurídicas, 8%.

O registro de depreciação até 2020 era feito a partir de Relatórios de Depreciação gerados no sistema de gestão interna APOENA e lançados manualmente no SIAFI, mas a partir de 2021, em algumas unidades que passaram a adotar o SIADS, o registro passou a ser automatizado, efetuado diretamente pelo SIADS no SIAFI.

A variação total na depreciação foi de 36%.

Vale ressaltar que o registro da depreciação de imóveis é operacionalizado no âmbito da Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999), por meio do SPIUNET, direta e automaticamente no SIAFI.

Nota 8 - Resultado Patrimonial e Patrimônio Líquido

O Resultado Patrimonial é confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) menos as Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas).

Em 2021 o resultado foi Superávit Patrimonial de R\$ 115 milhões, que foi transferido para o Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial, conforme apresentado.

ESPECIFICAÇÕES	Em Reais	
	2021	2020
Resultados Acumulados	3.879.454.226,00	3.848.614.306,20
Resultado do Exercício	115.385.904,41	79.057.802,53
Resultados de Exercícios Anteriores	3.848.614.306,20	3.785.697.202,60
Ajustes de Exercícios Anteriores	-84.545.984,61	-16.140.698,93

Fonte: SIAFI

Nota 9 - Reconhecimento de Inconformidades

O processo de conformidade contábil é a verificação de indicadores de informações orçamentárias, patrimoniais e de controle, tais como, passivos alongados, prestações de contas de suprimentos de fundos, pagamento de faturas de suprimento de fundos, devoluções de ordens bancárias, evidenciação dos auxílios moradia pagos, pendências de transferências voluntárias a comprovar, a aprovar, ajustes de receitas decorrentes da venda de lotes de perímetros irrigados, alienações de bens móveis e imóveis, dentre muitas outras verificações efetivadas pelos conformistas.

Os servidores, lotados nas unidades gestoras executoras do SIAFI, responsáveis pela Conformidade de Registro de Gestão são designados e habilitados por meio de portaria e também no SIAFI por meio da transação CONUG, sendo estes, quando possível em razão do reduzido contingente de pessoal sobretudo nas Unidades Regionais, dissociados dos servidores executores dos registros de documentos e operações.

Cada unidade gestora possui dois servidores designados para efetuar a conformidade de registro de gestão, sendo um responsável e outro seu substituto.

A conformidade contábil, por ser executada de forma centralizada na DRF/CO, é efetuada por servidor que não executa registros de documentos e operações no SIAFI e não efetua conformidade de registro de gestão. Assim é preservada a segregação de função no processo de registro da conformidade contábil, pelo menos, quanto a esse aspecto.

A maioria das restrições identificadas são relatadas diretamente no SIAFI e solucionadas, salvo aquelas que dependem da gestão ou terceiros, como às relacionadas às transferências voluntárias, controles de contratos, TEDs, divergências entre o RMB e o SIAFI decorrentes de ajustes normais de implantação do SIADS, dentre outras.

A Restrição 315 se refere a falta de Registro de Conformidade de Gestão, ato de relevante importância para fins de controles internos. A Conformidade de Registro de Gestão visa confirmar a existência e idoneidade dos documentos que dão suporte aos registros de atos orçamentários, financeiros e patrimoniais e se os registros no SIAFI estão adequados, e deve ser efetivada em até 3 dias úteis da ocorrência dos atos. Na falta da Conformidade de Registro de Gestão deve-se aplicar a Restrição 315. Por ser esta pontual e esporádica o Serviço de Contabilidade do DNOCS alerta à Unidade faltosa para que proceda com a efetiva Conformidade.

Com relação à Restrição 657 esta Autarquia possui uma reduzida equipe de servidores e empenha esforços para dar agilidade às demandas em relação aos convênios. Todavia, a equipe de servidores que atuam no acompanhamento da execução e prestação de contas de transferências voluntárias ainda é insuficiente para atender ao volume de processos de convênios atualmente em tramitação.

Impende ressaltar que no Balanço Geral da União, não foi atribuída nenhuma restrição ao DNOCS.

Balanço Financeiro - BF

Nesse relatório é possível analisar os ingressos e dispêndios dos recursos classificados por Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias.

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Nota 10 – Receitas e Despesas Financeiras

No âmbito do DNOCS, as receitas e despesas extraorçamentárias são basicamente os recursos de Restos a Pagar.

Em 2021, o total de ingressos somou R\$ 2,5 milhões, um decréscimo de R\$ 64 milhões em relação a 2020, praticamente o mesmo valor do ano anterior, uma redução de apenas 2,4%.

Em Reais

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	5.771.453,95	3.976.363,64
Transferências Financeiras Recebidas	2.045.629.019,64	2.071.005.701,59
Recebimentos Extraorçamentários	464.948.819,29	501.849.210,38
Saldo do Exercício Anterior	59.813.629,54	63.369.044,87
TOTAL	2.576.162.922,42	2.640.200.320,48

Fonte: SIAFI

Dos R\$ 5,7 milhões de Receitas Orçamentárias Próprias, 4 milhões veio de alienação de imobilizados, que frente aos 3,9 milhões do ano anterior, significou um aumento de 45%.

As Transferências Recebidas foram R\$ 25 milhões a menor e os Recebimentos extraordinário foram de R\$ 36,9 milhões a menor, entretanto, apesar da diminuição, o valor de R\$ 2,04 bilhões de transferências recebidas é bastante significativo.

Já os recebimentos extraordinários foram da ordem de R\$ 464 milhões, R\$ 7,5 milhões a menor. Desses o maior componente são os recursos para fazer frente ao RPNP, R\$ 381 milhões.

Do lado dos dispêndios, as despesas orçamentárias foram de R\$ 1,2 bilhão e as Transferências financeiras concedidas de R\$ 1,02 bilhão.

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	1.207.180.351,04	1.311.239.171,30
Transferências Financeiras Concedidas	1.022.363.762,42	1.040.337.272,60
Pagamentos Extraorçamentários	277.265.926,53	228.810.247,04
Saldo para o Exercício Seguinte	69.352.882,43	59.813.629,54
TOTAL	2.576.162.922,42	2.640.200.320,48

Fonte: SIAFI

Em Reais

Nota 11 – Análise da Execução Orçamentária

Essa nota trata das rubricas autorizadas pelo Poder Legislativo, por ocasião da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), demonstrando empenhos, liquidações e pagamentos.

De modo geral os valores autorizados são válidos para realizações no período de um ano. Eventualmente, porém, podem passar para anos seguintes, denominados Restos a Pagar (RP).

Os RP se dividem em RP processados (RPP), quando os bens e serviços são entregues até o final do exercício e os RP não processados (RPNP), que são quando os bens e serviços não são completamente entregues, e, portanto, não pagos até o final do ano.

Além de executar a LOA e os Restos a Pagar, o órgão também poderá vir a executar orçamentos de outros órgãos. São os chamados TEDs – Termos de Execução Descentralizada, que é quando um órgão repassa ao outro a execução de seu orçamento (LOA). É dessa forma que se executa concomitante o próprio orçamento, os RP e os TEDs pactuados com outros órgãos.

Também há uma parte do orçamento que advém das Emendas Parlamentares, individuais, de bancadas e do relator.

Sendo assim, a autarquia executa LOA, RP, TEDs e emendas parlamentares, empregando sua expertise, capacidade instalada e de realização na execução de diferentes projetos.

Orçamento do DNOCS (LOA-2021)

Grupo de Despesas	%	Dotação Atualizada
<i>Inversões financeiras</i>	0,04%	403.420,00
<i>Investimentos</i>	28,50%	313.573.230,00
<i>Outras despesas correntes</i>	8,07%	88.743.103,00
<i>Pessoal e encargos sociais</i>	63,40%	697.562.462,00
	100%	<u>1.100.282.215,00</u>

Fonte: SIAFI

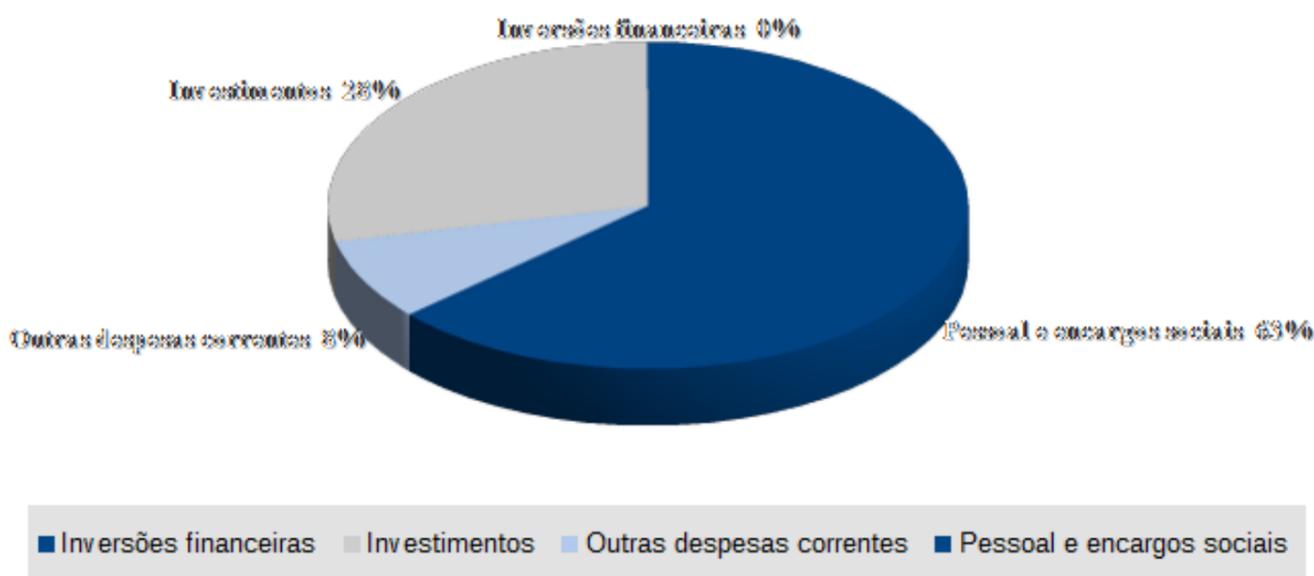
Em Reais (R\$)

Sendo o DNOCS um órgão secular, possui muitos aposentados e pensionistas, assim, grande parte de sua destinação orçamentária refere-se a gastos com pessoal representando 63% do total do orçamento, quase 700 milhões de reais.

Da dotação total atualizada de mais de 1,1 bilhão de reais para 2021, R\$ 313,5 milhões ou 29% foram para investimentos e R\$ 88 milhões (8%) foram para despesas administrativas e operacionais.

Descontados os gastos com pessoal, o orçamento para realizações/operacional em 2021 foi de pouco mais de 400 milhões de reais ou 37% do total.

Orçamento do DNOCS 2021 por Grupo de Despesas



Vale ressaltar que é incomum um orçamento ser 100% executado durante o exercício. Uma parte é empenhada, uma parte dos empenhos são executados/liquidados e uma parte dos liquidados é paga. O restante é cancelado ou inscrito em Restos a Pagar, processados e não processados (RPP e RPNP).

Em 2021, 99% ou R\$ 311 milhões do orçamento de Investimentos foram empenhados e um terço disso, 32% ou R\$ 99 milhões da LOA foi contratado e recebido pela instituição, ou seja, 32% do Orçamento de Investimentos foi executado. Da parte executada, 68% ou R\$ 68 milhões foram pagos e o restante tornou-se Restos a pagar processados (RPP).

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas (LOA-2021)

Grup Desp	Dot Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Realizadas		Despesas Pagas	
		Valor	%*	Valor	%*	Valor	%**
Inv. Fin	403.420,00		0%*		0%*		0%**
Invest.	313.573.230,00	311.330.402,93	99%*	99.976.513,18	32%*	68.007.691,26	68%**
Out. Desp Corr	88.743.103,00	72.749.192,07	82%*	56.578.272,78	64%*	54.569.272,72	96%**
Pes Enc Soc	697.562.462,00	662.397.160,77	95%*	662.397.160,77	95%*	614.385.384,78	93%**
SIAFI	1.100.282.215,00	1.046.476.755,77		818.951.946,73		736.962.348,76	

* Percentual de empenho e execução em relação à LOA
** Percentual pago em relação às Despesas Realizadas

Já o Orçamento com Outras Despesas Correntes, que são gastos administrativos e operacionais, teve R\$ 72 milhões ou 82% do orçamento empenhado, sendo 64% ou R\$ 56 milhões, realizados, ou seja, 64% do Orçamento com Outras Despesas Correntes foi executado, e desse total, R\$ 54 milhões ou 96% foram pagos.

Rateando-se esses R\$ 56 milhões anuais pelos 12 meses do ano, chega-se a um *ticket* médio mensal com despesas operacionais de R\$ 4,6 milhões por mês necessários para a manutenção das 9 unidades estaduais e da sede em Fortaleza-CE (Outras Despesas Correntes liquidadas).

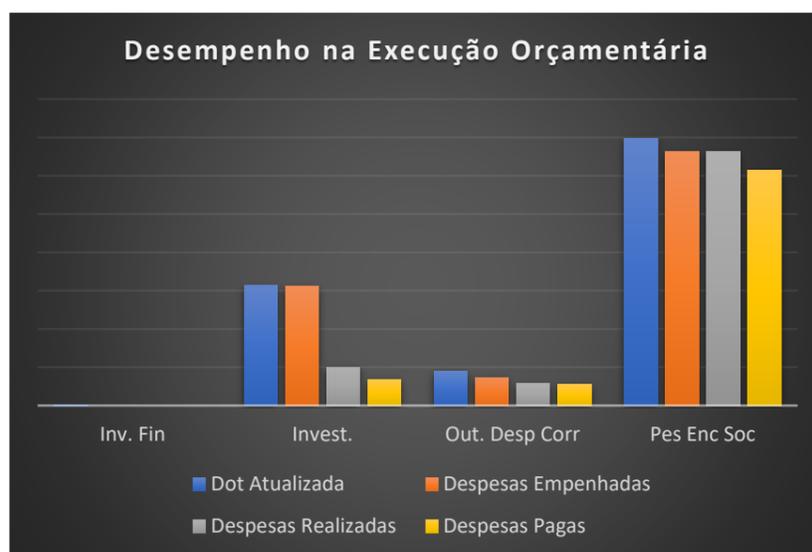
Observando-se o gráfico a seguir, vê-se que as informações estão segmentadas por grupos de despesas (Inversões financeiras, investimentos, outras despesas correntes e gastos com pessoal e encargos sociais) e o desempenho da execução orçamentária nas 4 fases: dotação (fixação), empenho, liquidação (execução/realização) e pagamento.

Observa-se que não houve execução no grupo de Inversões Financeiras.

Quanto aos investimentos, as barras de Dotação Atualizadas e Despesas Empenhadas encontram-se iguais seguidas por sensível redução na barra de execução, que são as despesas liquidadas em cor cinza e finalmente, um pouco mais baixo, a barra amarela representando as Despesas Pagas.

Já no grupo de Outras despesas correntes são as barras de Despesas realizadas e pagas que apresentam a mesma execução.

Finalmente, vê-se que as barras mais altas representativas das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas.



Nesse grupo de Gastos com Pessoal, as barras estão bastante equilibradas, demonstrando que praticamente todo o orçamento passa por todas as fases da despesa, dotação, empenho, liquidação e pagamento. A execução orçamentária da folha de pagamento é mais linear e sofre menos incertezas. As barras de empenhamento e liquidação estão nas mesmas alturas e apenas a barra do pagamento é um pouco mais baixa, uma vez que os pagamentos de dezembro só ocorrem no ano seguinte. Nesse caso, 95% ou R\$ 662 milhões foram empenhados e executados e 93% desse valor foi pago.

Como anteriormente mencionado, esses montantes se referem a pessoal ativo, inativo e pensionista. Entretanto, considerando-se apenas Pessoal Ativo (vide as rubricas especificadas na tabela abaixo), o gasto específico com Pessoal Ativo, considerando salários e encargos foi de R\$ 93 milhões no ano.⁵

A tabela a seguir mostra as rubricas que compõem os custos com pessoal ativo juntamente com os salários, como Obrigações Patronais e Pessoal requisitado de outros órgãos.

O parâmetro para avaliar a despesa realizada com pessoal ativo é a coluna de Despesas Liquidadas (5ª coluna da esquerda para a direita), uma vez que liquidação significa realização da despesa orçamentária.

Gastos com Pessoal Civil Ativo

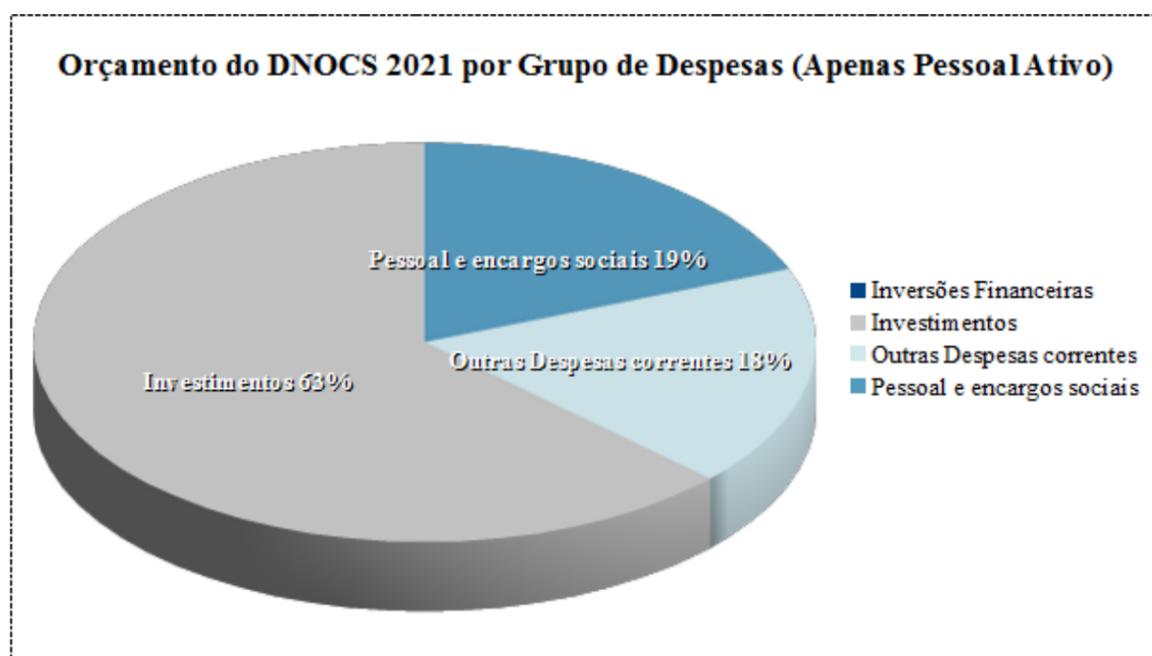
	Dot. Inic	Dot. Atual.	Desp. Emp.	Desp. Liq.	Desp. Pag.
Cont ent. Fech de prev	5.596,43	5.596,43	5.596,43	5.596,43	5.137,24
Venc e vant pess civil	76.507.331,33	76.507.331,33	75.229.796,43	75.229.796,43	68.195.103,99
Obrigações patronais	17.627.824,65	17.627.824,65	17.626.643,11	17.626.643,11	17.626.643,11
Out desp var pes civil	118.379,23	118.379,23	118.379,23	118.379,23	101.795,71
Pes requisitado	115.877,21	115.877,21	115.877,21	115.877,21	83.827,17
Fonte: SIAFI	94.375.008,85	94.375.008,85	93.096.292,41	93.096.292,41	86.012.507,22

A importância de segregar pessoal ativo dos inativos e pensionistas é dimensionar e mensurar os gastos com a efetiva força de trabalho da instituição.

Então analisando-se novamente a composição o orçamento do DNOCS por Grupo de Despesas, considerando agora como Pessoal e Encargos Sociais apenas os valores relativos ao Pessoal Ativo, portanto desconsiderando-se inativos e pensionistas, a proporção dessa despesa no cômputo geral fica mais equânime, principalmente em relação ao custeio (manutenção / Out. Des. Corr), por volta de 18% cada uma (correntes e pessoal) e fazendo sobressair percentualmente o Orçamento para Investimentos, cuja participação nessa nova abordagem figura com 63% do orçamento total, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Saliente-se que não houve execução no Orçamento das Inversões financeiras.

Após a fase de orçamento e analisando-se a composição das despesas liquidadas, efetivamente executadas, encontra-se que 23% dessas com Despesas correntes, 37% com Despesas de Pessoal e Encargos e 40% com Investimentos.

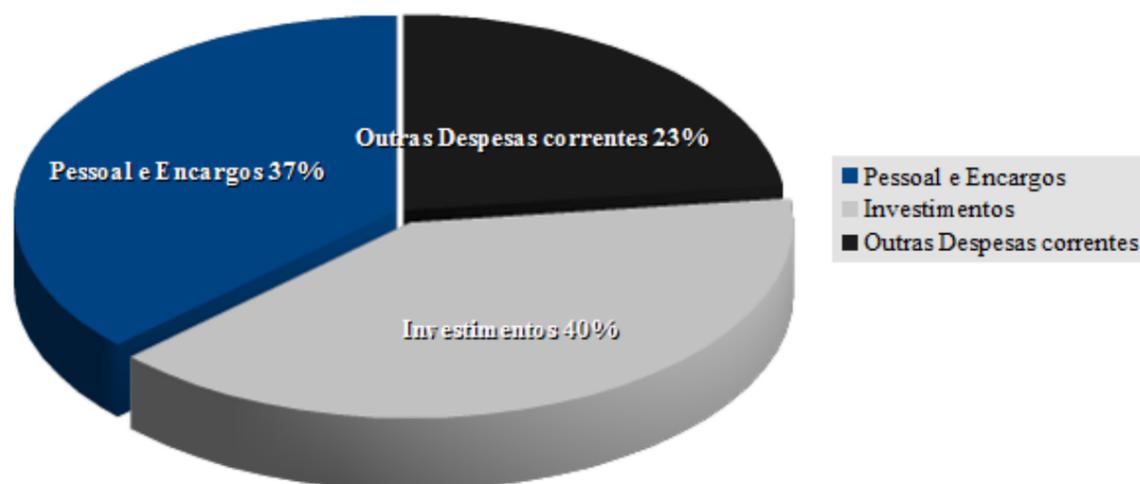


⁵ Vale salientar que a depender do tipo de análise que se está fazendo, o valor considerado como despesas e encargos de pessoal ativo, pode ser diferente, basta observar o valor evidenciado pela DVP como gasto de pessoal.

Do total das despesas efetivadas com recursos da LOA, 37% dos gastos com pessoal e 23% de despesas correntes viabilizaram a execução dos 40% restantes com investimentos que como já foi apresentado anteriormente, esses percentuais representam os valores nominais de R\$ 56,5 milhões em despesas correntes, R\$ 93 milhões em despesas com pessoal ativo que produziram quase 100 milhões de investimentos.

Em uma abordagem um pouco mais sistêmica pode-se avaliar a execução orçamentária do órgão durante o Exercício de 2021 considerando-se os diversos “orçamentos” sob responsabilidade do DNOCS, LOA, TEDs e demais destaques e RPNP inscritos e reinscritos.

Orçamento Executado por Grupo de Despesas



A tabela a seguir consolida o saldo para 2021 de RPNP com os empenhos do exercício, provenientes da LOA, TEDs e demais destaques, apresentando a parte realizada/liquidada (bens e serviços recebidos e atestados e medições de obras) e finalmente a parte das despesas efetivamente paga.

A primeira coluna apresenta as entidades que efetivaram destaques para o DNOCS, o próprio DNOCS e os RPNP. Nas colunas seguintes se detalha de que forma esses orçamentos foram executados nas fases de empenho, liquidação e pagamento.

Síntese da execução dos diversos “orçamentos” sob a responsabilidade do DNOCS

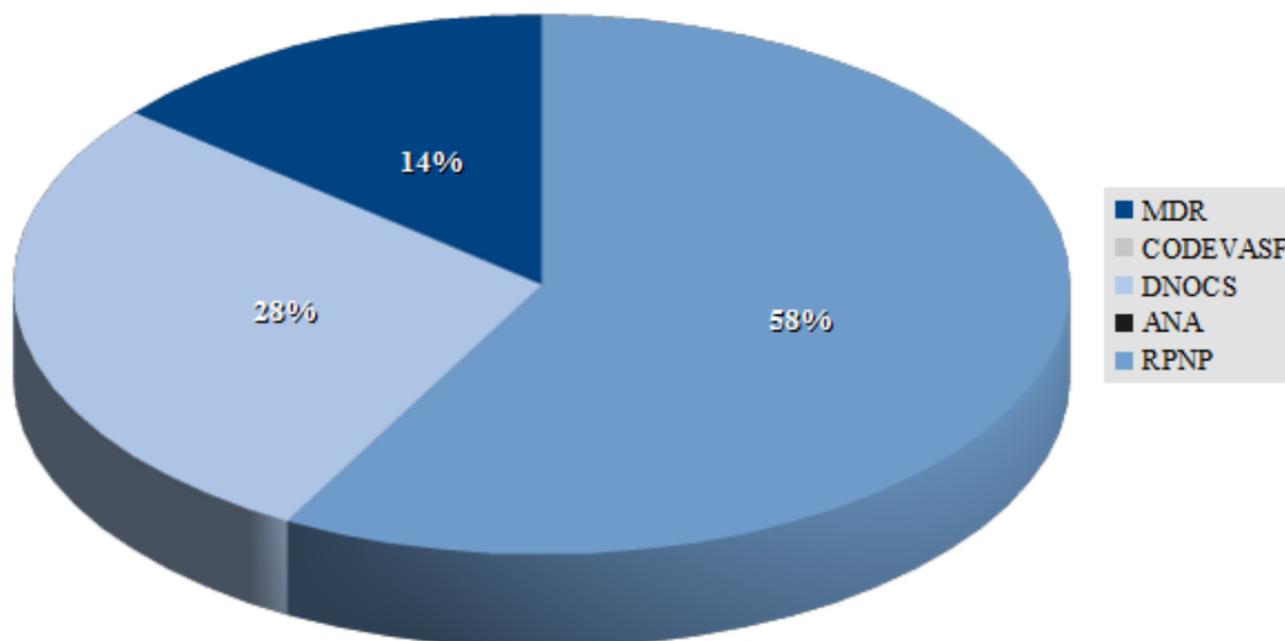
Und. Orç	Despesas Empenhadas	AV%	Despesas Liquidadas	AV%	%	Em Reais
						Despesas Pagas
MDR	160.261.586,53	14,43%	6.757.544,35	1,97%	4%	6.410.455,36
CODEVASF	57.925,80	0,01%	20.939,40	0,01%	36%	20.939,40
DNOCS	311.330.402,93	28,04%	99.976.513,18	29,20%	32%	68.007.691,26
ANA	384.082,94	0,03%	233,94	0,00%	0%	233,94
RPNP	638.444.318,13	57,49%	235.579.378,86	68,82%	37%	220.186.741,92
Fonte: SIAFI	1.110.478.316,33	42,51%	342.334.609,73	100,00%		294.626.061,88

Vale ressaltar que a segunda coluna, que soma pouco mais de R\$ 1.1 bilhão, são despesas que já passaram pela fase de fixação (dotação orçamentária) e licitação. São valores de empenhos.

Também cabe salientar que o valor de R\$ 311 milhões na linha da LOA está descontado dos empenhos de Despesas Correntes e de Pessoal e encargos, tratando-se apenas dos empenhos de Investimentos, uma vez que os valores descontados se referem à gastos com capacidade de realização do órgão para o atingimento de seus objetivos.

A Análise Vertical (AV) da coluna de Despesas Empenhadas revela que os RPNP representaram 57%, seguida pelos empenhos decorrentes da LOA, com 28% e dos destaques do MDR representando 14% do total empenhado disponível para execução no exercício de 2021.

Despesas Empenhadas disponíveis para liquidação em 2021



Algumas conclusões que se chega é que em função dos muitos anos de existência, mais de um século, o DNOCS possui altos custos com pessoal inativo e pensionista, que a rigor devem ser excluídos de qualquer análise de desempenho para se ter um quadro mais realista.

Essa análise revelou que após a exclusão dos dados de inativos e pensionistas o Orçamento de Investimento revelou-se representativo, por volta de 63%, e a execução desse orçamento ficou em torno de 32%.

Outra observação é que além do próprio orçamento, o DNOCS tem assumido TEDs e tem executado Restos a Pagar. Do lado das TEDs, o valor mais representativo de TEDs foi com o MDR.

Enquanto a execução da LOA ocorreu por volta dos 32%, a execução das TEDs com o MDR girou em torno dos 4% e o restante foi inscrito em RPNP.

Já a execução dos RPNP foi da ordem de 68%, portanto, representando a maior execução. É um dado positivo considerando os reiterados esforços na redução dos saldos de RPNP, mas esse esforço pode ser comprometido se houver baixa execução dos orçamentos do exercício, próprio e de destaques.

Na composição orçamentária dos empenhos de 2021, os RPNP representaram 57,49% dos totais empenhados, superando o somatório dos empenhos decorrentes da LOA e TEDs.